

SUMÁRIO

PARTE I INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL 47

1. Objeto do Direito Civil	47
1.1. Conteúdo do Direito Civil	48
1.2. Ordem de sistematização do Código Civil	49
2. Novos paradigmas do Código Civil Brasileiro.....	49
2.1. Sistema aberto	50
2.1.1. Cláusulas gerais	50
2.1.2. Conceitos legais indeterminados	50
2.2. Mitigação da concepção privatista do Direito Civil	51
3. A constitucionalização e os princípios constitucionais do direito civil	51
3.1. Noções preliminares.....	51
3.2. Consequências da constitucionalização do Direito Civil.....	54
3.2.1. Dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III).....	59
3.2.2. Livre iniciativa e legalidade (CF, arts. 1º, IV e 5º, II).....	60
3.2.3. Princípio da isonomia (CF, art. 5º, caput e inciso I)	60
3.2.4. Função social da propriedade e redução das desigualdades (arts. 5º, XXIII e 170, III e VII)	60
3.2.5. Livre manifestação do pensamento (CF, arts. 5º, IV e 220)	61
3.2.6. Intervenção do Estado na Economia.....	61
3.2.7. Outros princípios constitucionais.....	61
4. A despatrimonialização do direito civil.....	61
5. A unidade do direito privado.....	62
6. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	62
6.1. Vigência da lei no tempo	63

6.1.1. Início da vigência da lei.....	63
6.1.1.1. Lei parcialmente vetada	64
6.1.2. Fim da vigência da lei	65
6.1.2.1. Revogação da lei.....	66
6.1.2.2. Ab-rogação e derrogação ..	66
6.1.2.3. Princípio da especialidade .	66
6.1.2.4. A intertemporalidade do direito e as antinomias jurídicas	67
6.1.2.5. Repristinação	68
6.2. Proibição de descumprimento da lei.	69
6.3. Regras de integração do direito.....	70
6.3.1. Analogia.....	71
6.3.2. Costume	71
6.3.3. Princípios gerais de direito	73
6.3.4. Equidade.....	73
6.3.5. Ordem de aplicação dos métodos de integração.....	74
6.4. Regras de interpretação do direito....	74
6.5. Aplicação da lei no tempo	75
6.5.1. Ato jurídico perfeito	78
6.5.2. Direito adquirido	79
6.5.3. Coisa julgada.....	81
6.5.3.1. Relativização da coisa julgada	81
6.6. Aplicação da lei no espaço.....	83
6.6.1. Aplicação da lei no espaço quanto às pessoas	83
6.6.2. Vigência da lei no espaço quanto aos bens	84
6.6.3. Vigência da lei no espaço quanto aos fatos jurídicos	85
6.6.4. Vigência da lei no espaço quanto às sucessões.....	86
6.6.5. Restrições aos direitos de estrangeiros.....	86
6.6.6. Normas interespaciais quanto ao registro civil de pessoas naturais	86
6.6.7. Proibição de reenvio (LINDB, art. 16)	87
7. Quadro sinótico	88
8. Súmulas e enunciados	94
8.1. Súmulas do STF.....	94

8.2. Súmulas do STJ	94
8.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	94
9. Questões.....	94
10. Gabarito.....	95

PARTE II PARTE GERAL

CAPÍTULO I

PESSOAS NATURAIS..... 99

1. Personalidade (capacidade de aquisição de direitos)	99
1.1. Início da personalidade	99
1.2. Considerações especiais sobre o nascituro e o Embrião	101
1.2.1. Nascituro	101
1.2.2. Embrião	102
1.2.2.1. Natureza jurídica	102
1.2.2.2. Formação do embrião	103
1.3. Registro público das pessoas naturais.....	107
1.3.1. Averbação.....	108
1.4. Estado da pessoa natural.....	108
2. Capacidade de fato (capacidade de exercício de direitos)	110
2.1. Noções gerais	110
2.1.1. Capacidade e legitimidade (ou legitimação civil)	110
2.1.2. A figura do representante/assistente e a Questão da substituição	110
2.2. Incapacidade	111
2.2.1. Incapacidade absoluta.....	111
2.2.1.1. Senectude.....	112
2.2.2. Incapacidade relativa.....	113
2.2.3. Cessaçã o da incapacidade	118
3. Fim da personalidade	121
3.1. Morte real.....	121
3.2. Morte presumida.....	122
3.2.1. Morte civil	123
3.3. Ausência	123
3.3.1. Disposições gerais.....	123
3.3.2. Curatela do ausente	124
3.3.3. Sucessão provisória	125
3.3.3.1. Cessaçã o da ausência	126
3.3.4. Sucessão definitiva	127
3.3.4.1. Aparecimento do ausente após a sucessão definitiva	127

3.3.5. Vacância da herança do ausente.....	128
3.4. Comoriência	128
4. Domicílio da pessoa natural	130
4.1. Domicílio e residência. Conceito e distinção	130
4.2. Espécies de domicílio	130
4.2.1. Domicílio voluntário	130
4.2.2. Domicílio profissional	130
4.2.3. Domicílio aparente, ocasional ou eventual.....	130
4.2.4. Domicílio legal ou necessário	131
4.2.5. Domicílio convencional ou de eleição	131
4.3. Mudança de domicílio	132
5. Quadro sinótico	132
6. Súmulas e enunciados.....	135
6.1. Súmulas do Supremo Tribunal Federal.....	135
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	135
7. QUESTÕES:.....	136
8. Gabarito.....	138

CAPÍTULO II

DIREITOS DA PERSONALIDADE 139

1. Considerações gerais	139
1.1. Formas de visualização dos direitos da personalidade	139
1.2. Conceito	141
2. Os direitos da personalidade no Código Civil de 2002	141
2.1. Características dos direitos da personalidade.....	141
2.1.1. Intransmissibilidade.....	141
2.1.2. Irrenunciabilidade e inalienabilidade	142
2.1.3. Imprescritibilidade.....	143
2.1.4. Vitaliciedade	143
2.1.5. Extrapatrimonialidade	144
2.1.5.1. Impenhorabilidade e inexpropriabilidade	144
2.1.6. Oponibilidade erga omnes	144
2.1.7. Quadro-resumo das características dos direitos da personalidade.....	145
2.2. Tutela preventiva e repressiva dos direitos da personalidade	145
3. Rol exemplificativo de direitos da personalidade.....	146

3.1. Direito à vida	146	7. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno	208
3.1.1. Direito à integridade física.....	148	7.1. Modalidade do risco.....	209
3.2. Direito ao nome, suas características e possibilidades de alteração.....	151	7.2. Participação do agente	210
3.3. Direito à imagem	157	7.3. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público por atos omissivos.....	210
3.3.1. O direito à imagem e o problema das biografias não autorizadas e das reportagens investigativas	161	8. Administração da pessoa jurídica	213
3.3.2. Direito de resposta	162	9. Desconsideração da personalidade jurídica.....	213
3.4. Direito à vida privada	164	9.1. Forma de decretação da desconsideração da pessoa jurídica	214
3.4.1. Direito ao esquecimento	166	9.2. Requisitos para a declaração da desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil de 2002	214
3.5. Direito à livre manifestação do pensamento e liberdade de imprensa.....	169	9.2.1. Teorias maior e menor na desconsideração da personalidade jurídica	216
3.5.1. A privacidade e a liberdade de expressão no ambiente da internet	173	9.3. Consequências da desconsideração da personalidade jurídica.....	218
3.5.1.1. Responsabilidade dos provedores	173	9.4. Desconsideração inversa	220
3.5.1.2. A velocidade no tráfego de informações	175	9.5. Grupos econômicos.....	220
3.5.1.3. Redes sociais.....	176	10. Dissolução da pessoa jurídica	221
3.5.1.4. A internet e o seu marco civil (Lei 12.965/2014)	177	11. Proteção dos direitos da personalidade da pessoa jurídica	221
3.6. Direitos autorais	181	12. Pessoas jurídicas em espécie.....	224
3.6.1. Noções gerais	181	12.1. Associações e sociedades e suas distinções.....	224
3.6.2. Classificação dos direitos autorais.....	183	12.1.1. Regramento das associações...	225
3.6.3. Consequências da violação dos direitos autorais.....	185	12.1.2. Sociedades limitadas unipessoais	226
4. Quadro sinótico	191	12.2. Fundações. Conceito	226
5. Súmulas e enunciados	193	12.2.1. Destinação.....	226
5.1. Temas do STF.....	193	12.2.2. Criação, alteração e extinção da fundação	227
5.2. Súmulas e Temas do STJ	193	12.2.3. Atuação do Ministério Público	227
5.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	193	12.3. Organizações religiosas e partidos políticos	228
6. Questões.....	195	12.4. Quadro comparativo das pessoas jurídicas de direito privado	229
7. Gabarito.....	195	13. Entes despersonalizados	229
CAPÍTULO III		14. Domicílio da pessoa jurídica.....	230
PESSOAS JURÍDICAS	197	15. Quadro sinótico	231
1. Natureza e conceito.....	197	16. Súmulas e Enunciados	235
2. Elementos caracterizadores da pessoa jurídica.....	199	16.1. Súmulas do STJ	235
3. Características das pessoas jurídicas	200	16.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	235
4. Classificação legal das pessoas jurídicas....	201	17. Questão	236
5. Constituição da pessoa jurídica	204	18. Gabarito.....	238
5.1. Elementos do registro	206		
6. Responsabilidade da pessoa jurídica por atos dos seus administradores.....	207		

CAPÍTULO IV**BENS JURÍDICOS 239**

1. Noções gerais	239
1.1. Os bens como elementos componentes da relação jurídica	239
1.2. Diferenças entre bens e coisas	239
1.3. Conceito de bens	240
2. Classificação geral dos bens	241
2.1. Bens considerados em si mesmos	242
2.1.1. Bens móveis e imóveis	242
2.1.1.1. Bens imóveis.....	242
2.1.1.2. Bens móveis.....	244
2.1.1.2.1. Classificações especiais dos bens móveis.....	244
2.1.2. Bens fungíveis e consumíveis	246
2.1.2.1. Bens divisíveis e indivisíveis	247
2.1.2.2. Bens singulares e coletivos	249
2.2. Dos bens reciprocamente considerados	250
2.2.1. Pertencas	251
2.2.2. Frutos e produtos	252
2.2.3. Benfeitorias	253
2.2.4. Acréscimos e melhoramentos naturais ou administrativos.....	254
2.2.5. Dos bens públicos e particulares.....	255
3. Bens de família e outros bens impenhoráveis.....	258
3.1. Bem de família.....	258
3.1.1. Bem de família convencional.....	258
3.1.2. Bem de família legal	259
3.2. Outras hipóteses de impenhorabilidade	265
4. Coisas fora do comércio	267
5. Quadro sinótico	268
6. Súmulas e enunciados.....	271
6.1. Súmulas do STJ	271
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	271
7. Questões.....	272
8. Gabarito.....	273

CAPÍTULO V**FATOS JURÍDICOS..... 275**

1. Fatos jurídicos.....	275
2. Efeitos dos fatos jurídicos – a autonomia da vontade e a mitigação do voluntarismo jurídico	276

3. Espécies de fatos jurídicos.....	278
3.1. Fatos jurídicos naturais ou em sentido estrito	278
3.2. Atos jurídicos	279
3.2.1. Atos jurídicos stricto sensu ou não negociais.....	279
3.2.1.1. Atos-fatos jurídicos	280
3.2.2. Atos jurídicos negociais ou negócios jurídicos.....	281
4. Classificações dos negócios jurídicos.....	282
4.1. Pelo número de partes	282
4.2. Pela tipicidade	283
4.3. Pelos efeitos	283
4.4. Pelo tempo em que devam produzir efeitos	285
4.5. Pela causa do negócio	286
4.6. Pela causa da atribuição patrimonial	286
4.7. Pela forma	287
4.8. Outras classificações.....	287
5. Interpretação dos negócios jurídicos.....	288
6. Representação.....	291
6.1. Noções introdutórias.....	291
6.2. Limites ao exercício da representação e a teoria da aparência	291
6.3. Negócio consigo mesmo.....	292
7. Quadro sinótico	293
8. Súmulas e enunciados.....	297
8.1. Enunciados das Jornadas do CJF.....	297
9. Questão:	297
10. Gabarito.....	297

CAPÍTULO VI**ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO 299**

1. Elementos do negócio jurídico	299
1.1. Gráfico: Escada Ponteano	300
2. Plano de existência.....	300
2.1. O agente	300
2.2. A vontade	301
2.2.1. Declaração de vontade e manifestação de vontade	302
2.2.2. Sentença substitutiva da vontade	302
2.2.3. Efeitos vinculativo e liberatório do silêncio.....	303
2.3. O objeto.....	303
2.3.1. A causa como elemento integrante do objeto do negócio jurídico.....	304
2.4. A forma.....	306

2.4.1. Classificações da forma	307	2.2. Características do erro como vício gerador da anulabilidade do negócio	338
2.5. Conclusão	308	2.2.1. Erro substancial ou essencial.....	338
3. Plano de validade	308	2.2.2. Erro escusável.....	340
3.1. Agente capaz	308	2.3. Modalidades de erro que não anulam o negócio	342
3.1.1. Legitimidade do agente	310	2.4. Falso motivo	343
3.2. Vontade livre, consciente e de boa-fé	310	2.5. Erro por representação.....	343
3.2.1. Reserva mental.....	312	3. Dolo	343
3.3. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável	312	3.1. Conceito	343
3.4. Forma prescrita ou não defesa em lei.....	315	3.2. Dolo comissivo.....	344
4. Plano de eficácia.....	316	3.3. Dolo omissivo	344
4.1. Noções introdutórias.....	316	3.4. Dolo acidental.....	344
4.2. Condição.....	318	3.5. Dolo de terceiro.....	344
4.2.1. Conceito e noções gerais.....	318	3.6. Dolo recíproco	345
4.2.2. Classificação das condições	318	4. Coação	346
4.2.2.1. Espécies de condições lícitas	320	4.1. Conceito	346
4.2.2.2. Espécies de condições ilícitas.....	322	4.2. Elementos caracterizadores da coação	346
4.2.3. Obstáculo malicioso e indução maliciosa ao implemento da condição.....	325	4.3. Ameaça de exercício regular de direito e temor reverencial.....	347
4.2.4. Direitos do titular do direito eventual	325	4.4. Coação exercida por terceiro.....	347
4.3. Termo	325	5. Lesão	348
4.3.1. Conceito e classificações	325	5.1. Conceito e caracterização.....	348
4.3.2. Prazos	326	5.2. Espécies de lesão.....	348
4.3.3. Fixação didática das distinções entre condição e termo	327	5.3. Efeitos da invalidade do negócio pela lesão	349
4.4. Encargo.....	328	5.4. Diferenças entre a lesão e outros institutos	350
5. Quadro sinótico	328	6. Estado de perigo.....	351
6. Súmulas e enunciados	331	6.1. Conceito	351
6.1. Súmulas do STJ	331	6.2. Elementos caracterizadores	351
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	331	6.3. Consequências da invalidade decorrente do estado de perigo.....	352
7. Questões.....	331	7. Fraude contra credores	353
8. Gabarito.....	332	7.1. Conceito e espécies	353
CAPÍTULO VII		7.2. Ação pauliana	355
DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	333	7.2.1. Comentários sobre a fraude à execução	355
1. Introito.....	333	7.3. Concurso de credores.....	356
1.1. Princípio da conservação do negócio jurídico	333	8. Quadro sinótico	357
1.2. Forma de demonstração dos defeitos dos negócios jurídicos	338	9. Súmulas e enunciados	360
2. Erro ou ignorância	338	9.1. Súmulas do STJ	360
2.1. Conceito	338	9.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	360
		10. Questões.....	360
		11. Gabarito.....	361

CAPÍTULO VIII**INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO..... 363**

1. Noções introdutórias.....	363
2. Nulidade (invalidade absoluta).....	363
2.1. Características da nulidade.....	363
2.1.1. Inexistência de efeitos jurídicos	363
2.1.2. Reconhecimento ex officio e legitimidade a qualquer interessado	364
2.1.3. Impossibilidade de confirmação ou convalidação.....	365
2.1.4. Imprescritibilidade da ação declaratória de nulidade	365
2.1.5. Desnecessidade de demanda judicial para desoneração do devedor.....	366
2.1.6. Efeitos ex tunc	367
2.1.7. Princípio da consequencialidade.....	368
2.2. Casos de nulidade.....	368
2.2.1. Incapacidade absoluta do agente.....	368
2.2.2. Objeto ilícito, impossível ou indeterminável	369
2.2.3. Ilícitude do motivo determinante, comum a ambas as partes	370
2.2.4. Ausência da forma prescrita em lei ou inobservância de solenidade que a lei considere essencial à validade do negócio	370
2.2.5. Objetivo de fraudar lei imperativa	371
2.2.6. Negócio que a lei taxativamente declara nulo, ou proíbe a prática, sem cominar sanção.	371
2.2.7. Simulação	372
3. Anulabilidade (invalidade relativa)	376
3.1. Características da anulabilidade	376
3.1.1. Geração de efeitos até a efetiva desconstituição.....	376
3.1.2. Legitimidade para arguição	377
3.1.3. Possibilidade de confirmação e cumprimento do negócio	378
3.1.3.1. Redução do negócio jurídico.....	379
3.1.4. Caráter não vitalício da demanda anulatória	379

3.1.5. Necessidade de demanda judicial anulatória para desoneração do devedor.....	380
3.1.6. Efeitos ex tunc	380
3.1.7. Casos de anulabilidade	381
4. A crise da teoria das invalidades	382
5. Quadro sinótico	383
6. Súmulas e enunciados.....	386
6.1. Súmulas do STJ	386
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	386
7. Questões.....	387
7.1. Questões objetivas	387
8. GABARITO	388

CAPÍTULO IX**PROVA DOS FATOS JURÍDICOS 391**

1. Conceito de prova	391
2. A importância do estudo da prova no Direito Material	391
2.1. Dimensões da prova no plano material	392
2.1.1. Proteção dos direitos fundamentais do cidadão como elemento limitador do direito à prova	393
2.1.1.1. Alcance dos efeitos da ilicitude das provas	394
2.1.1.1.1. Prova ilícita por derivação	395
2.1.1.1.2. Provas consideradas ilícitas.....	395
2.1.2. A prova no cotidiano não processual	401
2.1.3. Precaução dos agentes em relação a eventual necessidade de defesa de direitos	402
3. Objeto da prova.....	403
4. Meios de prova.....	405
4.1. Confissão	405
4.2. Documento.....	406
4.2.1. Conceito	406
4.2.2. Documento público	406
4.2.3. Documento particular	408
4.3. Testemunha	412
4.4. Presunção	413
4.5. Perícia	414
5. Quadro sinótico	414
6. Súmulas e enunciados.....	416
6.1. Súmulas do STJ	416
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	416

CAPÍTULO X		
ATOS ILÍCITOS	417	
1. Noções introdutórias.....	417	
2. Conceito	418	
3. Elementos do ato ilícito	418	
3.1. O agente	418	
3.2. Conduta culposa	420	
3.2.1. Graus de culpa	420	
3.3. O prejuízo	421	
3.4. O nexo de causalidade.....	433	
4. Abuso de direito	434	
4.1. Noções introdutórias.....	434	
4.2. Conceito e natureza jurídica	435	
4.3. Aplicações práticas do abuso de direito	437	
4.3.1. Proibição de atos emulatórios...	437	
4.3.2. Suptessio e surrectio	437	
4.3.3. Venire contra factum proprium.	438	
4.3.4. Tu quoque.....	439	
4.3.5. Abuso do direito de cobrança e abuso do direito de ação...	440	
4.3.6. Spam.....	443	
5. Excludentes da responsabilidade civil decorrente de ato ilícito	444	
6. Quadro sinótico	445	
7. Súmulas e enunciados	447	
7.1. Súmulas do STF.....	447	
7.2. Súmulas do STJ	447	
7.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	447	
8. Questão	447	
9. Gabarito.....	448	
CAPÍTULO XI		
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	449	
1. Noções introdutórias.....	449	
2. Diferenças entre prescrição e decadência.	450	
2.1. Diferenças entre prescrição e decadência quanto aos efeitos.....	451	
2.2. Termo inicial dos prazos de prescrição e decadência	453	
3. Hipóteses especiais de prescrição	456	
3.1. Prescrição para a Fazenda Pública	456	
3.2. Prescrição nas prestações sucessivas	458	
3.3. Prescrição intercorrente	460	
3.4. Pretensões imprescritíveis.....	462	
3.5. Prescrição extintiva e prescrição aquisitiva	463	
4. Espécies de decadência	464	
4.1. Decadência legal.....	464	
4.2. Decadência convencional	464	
4.3. Pretensões perpétuas.....	465	
5. Prescrição e decadência nos direitos reais	465	
6. Equivalência temporal entre a prescrição da pretensão e da exceção.....	467	
7. Regra de transição para os novos prazos...	468	
8. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição.....	470	
8.1. Causas que impedem ou suspendem a prescrição.....	470	
8.2. Causas que interrompem a prescrição	474	
8.3. Legitimados à interrupção da prescrição	476	
9. Prazos de prescrição e decadência	477	
9.1. Prescrição	477	
9.2. Decadência	487	
10. Quadro sinótico	488	
11. Súmulas e enunciados	490	
11.1. Súmulas e Temas do STF.....	490	
11.2. Súmulas e Temas do STJ	490	
11.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	491	
12. Questões.....	492	
13. Gabarito.....	494	
CAPÍTULO XII		
ALTERAÇÕES DO PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL À PARTE GERAL	497	
1. Pessoas	497	
1.1. Personalidade	497	
1.2. Capacidade	497	
1.2.1. Cessação da incapacidade	498	
1.3. Extinção da personalidade da pessoa natural	498	
1.4. Registro das pessoas naturais.....	499	
1.5. Direitos da personalidade.....	500	
1.6. Ausência	503	
1.7. Pessoas jurídicas.....	504	
1.7.1. Pessoas jurídicas em espécie.....	505	
1.7.1.1. Associações	505	
1.7.1.2. Fundações	505	
1.8. Domicílio.....	505	
2. Bens jurídicos	505	
2.1. Bens móveis e imóveis	505	
2.2. Bens singulares e coletivos.....	506	
2.3. Animais.....	506	

3. Fatos jurídicos.....	506	7. Quadro sinótico	542
3.1. Elementos do negócio jurídico	506	8. Súmulas e enunciados	544
3.2. Representação	506	8.1. Súmulas do STJ	544
3.3. Defeitos do negócio jurídico.....	507	9. Questão	544
3.3.1. Erro ou ignorância	507	10. Gabarito.....	545
3.3.2. Coação.....	507		
3.3.3. Estado de perigo.....	507		
3.3.4. Lesão	507		
3.4. Invalidade do negócio jurídico.....	508		
3.4.1. Simulação	508		
3.4.2. Consequências da invalidade do negócio jurídico.....	509		
3.5. Atos jurídicos lícitos.....	509		
3.6. Atos ilícitos	510		
3.7. Prescrição e decadência	510		
3.8. Prova dos fatos jurídicos.....	512		

PARTE III DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I			
OBRIGAÇÕES EM GERAL.....	517		
1. Noções introdutórias.....	517		
2. Conceito e breve evolução histórica.....	517		
2.1. Diferenças entre direitos pessoais e reais.....	519		
2.1.1. Características dos direitos pessoais.....	519		
2.2. Características dos direitos reais	520		
3. Elementos da obrigação	522		
3.1. Elementos essenciais da obrigação ...	522		
3.1.1. Partes ou sujeitos (elemento subjetivo)	522		
3.1.2. Prestação ou objeto (elemento objetivo).....	525		
3.1.3. Vínculo (elemento espiritual)	526		
3.1.3.1. Vínculo e tutela das obrigações	527		
3.1.3.2. Tutela pessoal e patrimonial das obrigações	532		
3.2. Eficácia das obrigações e seus elementos acidentais	534		
3.2.1. Elementos acidentais das obrigações	535		
4. Fontes das obrigações	535		
5. Classificação das obrigações.....	536		
6. Princípios gerais do Direito das Obrigações.....	540		
		CAPÍTULO II	
		CLASSIFICAÇÃO LEGAL DAS	
		OBRIGAÇÕES.....	547
		1. Classificação quanto à finalidade da prestação.....	547
		1.1. Obrigações de dar.....	547
		1.1.1. Obrigações de dar coisa certa ...	548
		1.1.1.1. Perda e deterioração da coisa objeto da obrigação.....	548
		1.1.1.2. Melhoramentos e acréscimos antes da tradição	550
		1.1.2. Obrigações de restituir coisa certa	550
		1.1.2.1. Melhoramentos e acréscimos antes da restituição	551
		1.1.3. Obrigações de dar coisa incerta	552
		1.1.3.1. Concentração.....	552
		1.1.4. Obrigações pecuniárias	553
		1.2. Obrigações de fato (fazer e não fazer)	556
		1.2.1. Obrigações de fazer	556
		1.2.2. Obrigações de não fazer	557
		2. Classificação quanto ao modo de execução da prestação	558
		2.1. Obrigações alternativas	558
		2.1.1. Impossibilidade de uma das prestações.....	559
		2.1.2. Impossibilidade de todas as prestações.....	560
		2.1.2.1. Por culpa do devedor	560
		2.1.2.2. Sem culpa do devedor.....	560
		3. Classificação quanto à natureza do objeto da prestação.....	560
		3.1. Obrigações divisíveis e indivisíveis ...	561
		3.1.1. Obrigação divisível.....	561
		3.1.2. Obrigação indivisível.....	562
		3.1.2.1. Pluralidade de devedores..	562
		3.1.2.2. Pluralidade de credores.....	562
		3.1.2.3. Perda da indivisibilidade....	563
		4. Classificação quanto aos sujeitos	563
		4.1. Obrigações solidárias.....	564
		4.1.1. Solidariedade ativa	565
		4.1.1.1. Exoneração do devedor	565

4.1.1.2. Exoneração total ou parcial.....	565	2.3. Cessão dos acessórios	581
4.1.1.3. Falecimento do credor solidário	565	2.4. Eficácia da cessão de créditos	582
4.1.1.4. Conversão da obrigação em perdas e danos.....	566	2.5. Efeitos da cessão de crédito	583
4.1.1.5. Remissão da dívida por um dos credores	566	3. Assunção de dívida	586
4.1.1.6. Recebimento da dívida por um dos credores.....	566	3.1. Conceito	586
4.1.1.7. Princípio da inoponibilidade das exceções pessoais	566	3.2. Características da assunção de dívida	587
4.1.2. Solidariedade passiva	567	3.3. Modalidades de assunção de dívida..	587
4.1.2.1. Falecimento de um dos devedores solidários	568	3.4. Efeitos da assunção de dívida	588
4.1.2.2. Pagamento parcial feito por um dos devedores	568	4. Cessão de posição contratual (cessão de contrato).....	589
4.1.2.3. Remissão da dívida em favor de um dos devedores. Diferenças quanto à renúncia/exoneração.....	568	4.1. Conceito	589
4.1.2.4. Autonomia dos devedores solidários.....	569	4.2. Diferenças entre a cessão da posição contratual e a cessão de crédito .	589
4.1.2.5. Impossibilidade da prestação	569	4.3. Casos de cessão da posição contratual	590
4.1.2.6. Unidade da obrigação.....	570	4.4. Casos de impossibilidade da cessão de posição contratual	592
4.1.2.7. Oponibilidade apenas de exceções pessoais.....	570	5. Quadro sinótico	593
4.1.2.8. Pagamento da dívida por um dos devedores.....	571	6. Súmulas e enunciados	594
4.1.2.9. Rateio em caso de insolvência de um dos devedores ..	571	6.1. Súmulas do STJ	594
4.1.2.10. Obrigação de interesse exclusivo de um dos codevedores	571	6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	594
4.1.3. Responsabilidade subsidiária	572	7. Questão	595
5. Quadro sinótico	575	8. Gabarito.....	596
6. Súmulas e enunciados	575	7. Gabarito da Questão dissertativa	596
6.1. Súmulas do STJ	575		
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	575		
7. Questões.....	576		
8. Gabarito.....	577		
CAPÍTULO III		CAPÍTULO IV	
TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	579	ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO	
1. Noções introdutórias.....	579	DAS OBRIGAÇÕES	597
2. Cessão de crédito	580	1. Noções introdutórias.....	597
2.1. Conceito	580	2. Pagamento.....	598
2.2. Espécies	581	2.1. Conceito e natureza jurídica	598
		2.2. Quem deve pagar (solvens)	599
		2.2.1. Transmissão de propriedade	600
		2.2.1.1. Propriedade aparente e boa-fé	600
		2.3. A quem se deve pagar (accipiens)	602
		2.3.1. Credor putativo	602
		2.3.2. Pagamento de crédito penhorado ou impugnado.....	603
		2.4. Objeto do pagamento	604
		2.4.1. Dívidas em dinheiro.....	606
		2.4.1.1. Proibição de contratos em ouro ou em moeda estrangeira	606
		2.4.2. Revisão judicial por fato superveniente	607
		2.5. Prova do pagamento	609
		2.5.1. Quitação	609

2.5.1.1. Forma da quitação.....	609	CAPÍTULO V	
2.5.1.2. Quitação de capital sem reserva de juros	610	DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES....	651
2.5.2. Despesas com a quitação	610	1. Inadimplemento das obrigações	651
2.5.3. Efeitos da quitação	611	1.1. Disposições gerais sobre o descumprimento	651
2.5.4. Pagamento em medida ou peso	611	1.1.1. Inadimplemento absoluto	652
2.6. Lugar do pagamento.....	611	1.1.1.1. Inadimplemento absoluto nas relações de consumo	653
2.7. Tempo do pagamento.....	613	1.1.2. Inadimplemento relativo (mora).....	653
2.7.1. Obrigações condicionais, a termo ou modais	613	1.1.2.1. Espécies de mora.....	654
2.7.2. Vencimento antecipado.....	614	1.1.2.2. Regras específicas sobre a mora	657
3. Pagamentos especiais.....	614	1.1.2.3. Purgação da mora.....	658
3.1. Pagamento em consignação.....	615	1.1.2.4. Inadimplemento no compromisso de compra e venda ..	662
3.1.1. Casos de consignação	615	1.1.3. Inadimplemento mínimo ou adimplemento substancial	663
3.1.2. Forma da consignação	617	1.1.4. Violação positiva do contrato	666
3.1.3. Efeitos da consignação	619	1.1.5. Inadimplemento nas obrigações negativas	668
3.2. Pagamento com sub-rogação	619	1.1.6. Inadimplemento eficiente (efficient breach)	668
3.2.1. Conceito de sub-rogação	619	2. Responsabilidade patrimonial	670
3.2.2. Espécies de sub-rogação.....	621	3. Inadimplemento e responsabilidade contratual	670
3.2.2.1. Sub-rogação legal	621	3.1. Caso fortuito e força maior.....	671
3.2.2.2. Sub-rogação convencional.	623	3.2. Perdas e danos	677
3.2.3. Efeitos da sub-rogação	624	3.2.1. Relação de causalidade	678
3.3. Imputação do pagamento	625	3.2.2. Atualização monetária das perdas e danos	679
3.4. Dação em pagamento.....	626	4. Juros legais	680
3.4.1. Regras sobre a dação em pagamento	627	4.1. Taxa legal	680
4. Outras formas de extinção das obrigações	628	4.1.1. Juros e atualizações nas desapropriações	684
4.1. Novação.....	628	4.1.2. Capitalização.....	685
4.1.1. Noções introdutórias.....	628	4.1.3. Outros encargos legais	688
4.1.2. Espécies de novação.....	630	4.1.3.1. Correção monetária.....	688
4.1.3. Regras da novação	632	4.1.3.2. Comissão de permanência	689
4.2. Compensação	635	4.1.3.3. Taxas diversas	691
4.2.1. Conceito e espécies	635	5. Cláusula penal	693
4.2.2. Requisitos da compensação	636	5.1. Conceito	693
4.2.3. Regras sobre a compensação	638	5.2. Espécies	694
4.3. Confusão.....	639	5.2.1. Cláusula penal moratória	694
4.4. Remissão das dívidas.....	641	5.2.2. Cláusula penal compensatória ..	696
5. Quadro sinótico	642	5.3. Limite da cláusula penal	698
6. Súmulas e enunciados.....	645	5.4. Cláusula penal nas obrigações indivisíveis	698
6.1. Súmulas do STF.....	645		
6.2. Súmulas do STJ	645		
6.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	645		
7. Questões.....	645		
8. Gabarito.....	648		

5.5. Redução cogente da cláusula penal pela proporcionalidade do cumprimento ou pela excessividade de seu montante	698	1.1. Declaração de insolvência	735
5.5.1. Cláusulas de decaimento	701	2. Preferências e privilégios creditórios.....	736
6. Arras ou sinal	704	2.1. Efeitos e regras legais das preferências.....	737
6.1. Conceito	704	3. Quadro sinótico	738
6.1.1. Espécies	704	4. Súmulas e enunciados	738
7. Quadro sinótico	706	4.1. Súmulas do STJ	738
8. Súmulas e enunciados	711	CAPÍTULO VIII	
8.1. Súmulas do STF.....	711	RESPONSABILIDADE CIVIL.....	739
8.2. Súmulas do STJ	711	1. Explicação preliminar	739
8.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	713	2. Noções introdutórias à responsabilidade civil	739
9. Questões.....	714	2.1. Autonomia da responsabilidade civil com relação à responsabilidade criminal.....	741
10. Gabarito.....	716	3. Elementos da responsabilidade civil	743
CAPÍTULO VI		3.1. Ato danoso	743
OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE ATOS OU NEGÓCIOS UNILATERAIS.....	717	3.1.1. Ato danoso com culpa	743
1. Noções introdutórias.....	717	3.1.2. Ato danoso sem culpa	744
2. Promessa de recompensa	717	3.2. Prejuízo.....	747
3. Gestão de negócios	718	3.3. O nexo causal e as várias teorias sobre a causalidade	749
4. Pagamento indevido.....	720	4. Classificações da responsabilidade.....	755
4.1. Noções introdutórias.....	720	4.1. Responsabilidade contratual e extracontratual.....	755
4.2. Regras sobre o pagamento indevido .	724	4.2. Responsabilidade subjetiva e objetiva.....	756
4.2.1. Recebimento indevido de imóvel.....	724	4.2.1. Responsabilidade por acidente do trabalho	757
4.2.2. Recebimento indevido como parte de dívida verdadeira	724	4.2.2. Responsabilidade objetiva pura (ou própria) e impura (imprópria)	758
4.2.3. Cumprimento indevido de obrigação de fazer ou não fazer	724	4.2.2.1. Responsabilidade in vigilando, in eligendo e in custodiendo.....	758
4.2.4. Pagamento de dívida prescrita ou de obrigação natural	724	4.2.2.2. Responsabilidade pelo fato da coisa	763
4.2.5. Pagamento dado para obtenção de fins ilícitos, imorais ou proibidos	724	4.2.3. Responsabilidade do credor pela demanda indevida.....	765
5. Enriquecimento sem causa.....	725	4.2.4. Responsabilidade pressuposta ..	765
5.1. Desvio contratual (lucro da intervenção)	729	4.3. Responsabilidade civil pelo dano ambiental	767
6. Quadro sinótico	731	4.3.1. Incidência da responsabilidade objetiva	767
7. Súmulas e enunciados	734	4.3.2. Modalidade do risco.....	769
7.1. Súmulas do STF.....	734	4.3.3. Questões específicas quanto ao nexo de causalidade.....	770
7.2. Súmulas do STJ	734	5. Indenização	772
7.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	734	5.1. Conceito	772
CAPÍTULO VII			
INSOLVÊNCIA – AS PREFERÊNCIAS E OS PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS.....	735		
1. Insolvência – Conceito.....	735		

5.1.2. Estipulação em favor de terceiro	845	2. Classificações dos contratos	874
5.1.2.1. Partes.....	845	2.1. Típicos ou atípicos	874
5.1.2.2. Efeitos.....	845	2.2. Bilaterais ou unilaterais	874
5.1.3. Promessa de fato de terceiro	846	2.3. Impessoais e pessoais.....	875
5.1.4. Contrato com pessoa a declarar	847	2.4. Consensuais (ou não solenes) e formais (ou solenes).....	875
6. Princípio do consensualismo	848	2.5. Consensuais ou reais	875
7. Princípio da boa-fé	848	2.6. Contratos de direito real.....	875
7.1. A boa-fé e a sua evolução.....	849	2.7. Onerosos e gratuitos	875
7.2. Funções do princípio da boa-fé objetiva.....	851	2.8. Comutativos e aleatórios.....	876
7.2.1. Função interpretativa ou de concretização.....	851	2.8.1. Regras sobre os contratos aleatórios que objetivam a translação da propriedade	876
7.2.2. Função de complemento.....	852	2.9. Contratos de execução imediata, de execução diferida e de trato sucessivo.....	878
7.2.2.1. Deveres anexos.....	852	2.10. Contratos principais e acessórios	878
7.2.3. Função de limitação	856	2.11. Contratos paritários e de adesão.....	878
7.2.4. Função corretora	858	2.12. Contratos cativos	880
7.3. Aplicações derivadas da boa-fé	858	2.13. Contratos coligados	882
7.3.1. Supressio e surrectio	858	2.14. Redes contratuais	885
7.3.2. Proibição dos atos contraditórios.....	860	2.15. Autocontratos ou contratos consigo mesmo.....	887
7.3.2.1. Venire contra factum proprium	860	2.16. Contratos evolutivos.....	887
7.3.2.2. Tu quoque.....	862	2.17. Contratos derivativos.....	888
7.3.3. Duty to mitigate the loss	862	3. Proibição do pacto sucessório	891
7.3.4. Exceptio doli	864	4. Quadro sinótico	892
8. Quadro sinótico	864	5. Súmulas e enunciados	894
9. Súmulas e enunciados	868	5.1. Súmulas do STJ	894
9.1. Súmulas do STJ	868	5.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	894
9.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	868		
10. Questões.....	869		
11. Gabarito.....	869		
CAPÍTULO III		CAPÍTULO IV	
INTERPRETAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	871	FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	895
1. Noções conceituais sobre a interpretação contratual	871	1. Noções introdutórias.....	895
1.1. Interpretação subjetiva	871	2. Fase de pontuação (negociações preliminares)	896
1.2. Interpretação objetiva	872	3. Fase de policitação (proposta de contrato).....	898
1.2.1. Boa-fé objetiva e exceptio doli ..	872	3.1. Contratos entre ausentes	899
1.2.2. Interpretação restritiva dos atos de liberalidade	872	3.1.1. Adoção da teoria da expedição pelo CC-2002	900
1.2.3. Princípio da conservação do negócio jurídico	873	3.2. Contratos eletrônicos	900
1.2.4. Princípio da função social do contrato	873	3.3. Oferta	901
1.2.5. Interpretação dos contratos de adesão	873	3.4. Aceitação	904
		3.5. Lugar de celebração do contrato	905
		4. Contrato preliminar	905
		4.1. Conceito e natureza jurídica	905
		4.2. Forma do contrato preliminar	906

4.3. Cláusula de arrependimento	906	3.1.2. Exceção de contrato não cumprido	941
4.4. Inadimplemento do contrato preliminar	908	3.1.3. Suspensão antecipada do cumprimento do contrato	943
4.5. Promessa unilateral	909	3.1.4. Exceção da ruína	944
5. Quadro sinótico	909	3.2. Resolução ou revisão por onerosidade excessiva	945
6. Súmulas e enunciados	912	3.2.1. Diferenciação com o sistema estatuído pelo Código de Defesa do Consumidor	947
6.1. Súmulas do STF	912	3.3. Resolução dos contratos imobiliários	949
6.2. Súmulas do STJ	912	3.3.1. Resolução na incorporação imobiliária	950
6.3. Enunciados das Jornadas do CJF	912	3.3.2. Resolução no parcelamento do solo urbano	954
7. QUESTÕES	912	4. Rescisão	958
8. Gabarito	913	4.1. Rescisão como gênero	958
CAPÍTULO V		4.2. Rescisão como resolução específica por inadimplemento culposos ..	959
VÍCIOS REDIBITÓRIOS E EVICÇÃO	915	4.3. Rescisão como dissolução do vínculo formado com lesão ou estado de perigo	959
1. Vícios redibitórios	915	4.4. Rescisão como forma de dissolver o vínculo contratual por circunstâncias contemporâneas à sua formação	959
1.1. Conceito	915	5. Quadro sinótico	959
1.2. Requisitos	916	6. Súmulas e enunciados	961
1.3. Efeitos	917	6.1. Súmulas e Temas do STJ	961
1.3.1. Disposições específicas quanto aos direitos decorrentes dos vícios redibitórios	918	6.2. Enunciados das Jornadas do CJF	962
1.3.2. Prazos decadenciais e prescricionais das ações edilícias	918	7. Questão	962
1.3.3. Vícios e defeitos nas relações de consumo	919	8. Gabarito	962
2. Evicção	922	9. Anexo – Principais prazos relativos à Teoria Geral dos Contratos	963
2.1. Conceito	922	CAPÍTULO VII	
2.2. Direitos do evicto	923	ALTERAÇÕES DO PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL À TEORIA GERAL DOS CONTRATOS	965
2.3. Requisitos para caracterização da evicção	924	1. Princípios contratuais	965
2.4. Regras e efeitos da evicção	925	1.1. Função social do contrato	965
3. Quadro sinótico	926	1.2. Boa-fé objetiva	966
4. Súmulas e enunciados	929	2. Contratos de adesão	967
4.1. Súmulas do STJ	929	3. Pacto sucessório	967
4.2. Enunciados das Jornadas do CJF	929	4. Formação dos contratos	967
5. Questões	929	5. Vícios redibitórios	968
5.1. Questões objetivas	929	6. Evicção	970
6. Gabarito	931	7. Contratos aleatórios	970
CAPÍTULO VI		8. Contrato preliminar	971
EXTINÇÃO DO CONTRATO	933		
1. Noções introdutórias	933		
2. Resilição	934		
2.1. Resilição bilateral (distrato)	935		
2.2. Resilição unilateral	935		
3. Resolução	937		
3.1. Resolução por inadimplemento	938		
3.1.1. Cláusula resolutiva	939		

9. Extinção dos contratos	972
9.1. Resilição.....	972
9.2. Resolução	972

PARTE V CONTRATOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO I

COMPRA E VENDA	979
1. Conceito	979
1.1. Natureza jurídica	979
2. Regras da compra e venda	980
2.1. Sobre as partes	981
2.2. Sobre o objeto	985
2.3. Sobre o preço	988
3. Cláusulas especiais à compra e venda (pactos adjetos)	989
3.1. Retrovenda	989
3.2. Venda a contento e venda sujeita à prova	991
3.2.1. Venda a contento	991
3.2.2. Venda sujeita à prova	992
3.3. Preempção ou preferência	992
3.4. Venda com reserva de domínio.....	994
3.5. Venda sobre documentos.....	994
4. Promessa de compra e venda	995
5. Quadro sinótico	996
6. Súmulas e enunciados	999
6.1. Súmulas do STF.....	999
6.2. Súmulas do STJ	1000
6.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1000
7. Questão	1000
8. Gabarito.....	1001
9. Projeto de reforma do Código Civil.....	1001

CAPÍTULO II

TROCA OU PERMUTA.....	1005
1. Conceito e natureza jurídica	1005
2. Comutatividade	1005
3. Translação da propriedade	1006
4. Regras diversas	1006
5. Quadro sinótico	1007
6. Questão	1007
7. Gabarito.....	1008
8. Projeto de reforma do Código Civil.....	1008

CAPÍTULO III

CONTRATO ESTIMATÓRIO	1009
1. Conceito e natureza jurídica	1009
2. Principais regras do contrato estimatário .	1010
3. Quadro sinótico	1011
4. Súmulas e enunciados	1011
4.1. Súmulas do STF.....	1011
4.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1011
5. Questões.....	1011
6. Gabarito.....	1012

CAPÍTULO IV

DOAÇÃO	1013
1. Conceito	1013
1.1. Natureza jurídica	1013
2. Espécies de doação	1014
3. Principais regras sobre a doação	1016
4. Revogação da doação	1019
5. Promessa de doação.....	1022
6. Quadro sinótico	1023
7. Súmulas e enunciados	1025
7.1. Súmulas do STF.....	1025
7.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1025
8. Questões.....	1025
9. Gabarito.....	1027
10. Projeto de reforma do Código Civil.....	1028

CAPÍTULO V

LOCAÇÃO.....	1031
1. Conceito	1031
2. Locação de coisas	1032
2.1. Conceito e natureza jurídica	1032
2.2. Obrigações das partes	1032
2.2.1. Obrigações do locador.....	1032
2.2.2. Obrigações do locatário.....	1032
2.3. Direitos das partes.....	1033
2.3.1. Direitos do locador	1033
2.3.2. Direitos do locatário	1033
2.4. Extinção do contrato	1034
3. Locação predial (locação de imóveis urbanos – Lei 8.245/91)	1034
3.1. Denúncia da locação pelo locatário...	1036
3.2. Denúncia da locação pelo locador....	1037
3.2.1. Na locação residencial	1037
3.2.2. Na locação não residencial	1040
3.3. Deveres das partes na locação predial	1043

3.4. Direito de preferência do locatário na alienação do prédio urbano..	1045	3. Mútuo.....	1080
4. Arrendamento	1047	3.1. Conceito e natureza jurídica	1080
4.1. Considerações sobre o leasing financeiro	1049	3.2. Regras e efeitos	1081
5. BUILT TO SUIT	1051	3.3. Considerações sobre o mútuo feneratício	1082
6. Quadro sinótico	1053	3.3.1. O mútuo feneratício e as práticas usurárias	1084
7. Súmulas e enunciados	1056	4. Quadro sinótico	1085
7.1. Súmulas do STF.....	1056	5. Súmulas e enunciados.....	1086
7.2. Súmulas do STJ	1056	5.1. Súmulas do STF.....	1086
7.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1057	5.2. Súmulas do STJ	1086
8. Questões.....	1057	5.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1087
9. Gabarito.....	1058	6. Questão	1087
CAPÍTULO VI		7. Gabarito.....	1087
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	1059	8. Projeto de Reforma do Código Civil.....	1088
1. Conceito e natureza jurídica	1059	CAPÍTULO IX	
2. Retribuição	1060	DEPÓSITO.....	1089
3. Duração	1061	1. Conceito e natureza jurídica	1089
4. Extinção	1061	2. Espécies	1089
5. Quadro sinótico	1064	3. Responsabilidade civil do depositário	1094
6. Súmulas e enunciados.....	1065	4. Prisão civil.....	1094
6.1. Súmulas do STJ	1065	5. Quadro sinótico	1095
7. Projeto de reforma do Código Civil.....	1065	6. Súmulas e enunciados.....	1096
CAPÍTULO VII		6.1. Súmulas e Temas do STJ	1096
EMPREITADA.....	1069	7. Projeto de Reforma do Código Civil.....	1096
1. Conceito	1069	CAPÍTULO X	
1.1. Natureza jurídica	1069	NEGÓCIOS DE INTERMEDIÇÃO	1097
2. Riscos na empreitada	1069	1. Mandato.....	1097
3. Garantia da obra em caso de construção civil.....	1070	1.1. Conceito e natureza jurídica	1097
4. Outras regras da empreitada.....	1071	1.2. Mandato e representação	1099
4.1. Sobre a remuneração	1071	1.3. Limites da representação conferida pelo mandato	1099
4.2. Suspensão do contrato	1072	1.3.1. Teoria da aparência	1100
4.3. Recebimento da obra	1073	1.3.2. Cláusula-mandato.....	1101
4.4. Considerações sobre o autor do projeto.....	1073	1.4. Obrigações do mandatário	1102
5. Quadro sinótico	1074	1.5. Obrigações do mandante	1103
6. Súmulas e enunciados.....	1075	1.6. Extinção do mandato.....	1104
6.1. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1075	1.6.1. Irrevogabilidade do mandato	1106
7. Projeto de Reforma do Código Civil.....	1076	1.7. Mandato ad iudicia	1107
CAPÍTULO VIII		1.7.1. Poderes gerais	1108
EMPRÉSTIMO.....	1077	1.7.2. Poderes especiais	1108
1. Conceito	1077	1.7.3. Forma	1108
2. Comodato.....	1077	1.7.4. Remuneração	1109
2.1. Conceito e natureza jurídica	1077	2. Comissão	1109
2.2. Regras e efeitos do comodato	1077	3. Agência e distribuição	1110
		4. Corretagem.....	1112

5. Quadro sinótico	1116	6.1.5. Sub-rogação da seguradora (arts. 94 a 96 da Lei 15.040/2024).....	1159
6. Súmulas e enunciados	1121	6.1.6. Limites familiares e funcionais à ação regressiva (art. 95 da Lei 15.040/2024).....	1160
6.1. Súmulas do STF.....	1121	6.1.7. Rateio dos salvados (art. 96 da Lei 15.040/2024).....	1160
6.2. Súmulas do STJ	1121	6.1.8. Seguros de pessoa com finalidade indenizatória ou patrimonial (art. 97 da Lei 15.040/2024).....	1160
6.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1121	6.2. Seguros de Vida e Integridade Física .	1161
7. Questão	1121	6.2.1. Disposições Iniciais.	1161
8. Gabarito.....	1122	6.2.2. Beneficiário: liberdade de designação e substituição (arts. 113 e 114 da Lei 15.040/2024).....	1161
9. Projeto de reforma do Código Civil.....	1122	6.2.3. Limitações ao pagamento do capital segurado.	1162
CAPÍTULO XI		6.2.4. Regulação do suicídio e sua carência (art. 120 da Lei 15.040/2024).....	1163
TRANSPORTE	1127	6.2.5. Proteção dos Segurados nos Seguros Coletivos.....	1163
1. Conceito e natureza jurídica	1127	6.2.6. Recusa de Renovação em Seguros Individuais:.....	1164
2. Espécies	1128	7. Quadro sinótico	1171
2.1. Transporte de pessoas.....	1128	8. Súmulas e enunciados	1175
2.2. Transporte de coisas.....	1133	8.1. Súmulas do STF.....	1175
2.3. Transporte cumulativo.....	1136	8.2. Súmulas do STJ	1175
3. Valor da indenização no extravio de bagagem e no atraso de voo em transporte aéreo internacional	1136	8.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1175
4. DANO MORAL POR ACIDENTES DE CONSUMO EM TRANSPORTE AÉREO.....	1139	9. quadro comparativo entre o código civil e o novo marco legal dos seguros	1176
5. Quadro sinótico	1140	10. Questão	1191
6. Súmulas e enunciados	1143	11. Gabarito.....	1191
6.1. Súmulas do STF.....	1143	12. Projeto de reforma do Código Civil.....	1192
6.2. Súmulas do STJ	1143	CAPÍTULO XIII	
6.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1143	CONSTITUIÇÃO DE RENDA	1193
7. Projeto de reforma do Código Civil.....	1144	1. Conceito e natureza jurídica	1193
CAPÍTULO XII		2. Principais regras	1193
SEGURO.....	1147	3. Quadro sinótico	1194
1. Conceito, natureza jurídica e formação do contrato.....	1147	4. Projeto de reforma do Código Civil.....	1194
2. Elementos da apólice	1150	CAPÍTULO XIV	
3. O risco.....	1152	JOGO E APOSTA	1195
3.1. Regras especiais sobre o risco	1154	1. Conceito e natureza jurídica	1195
5. Da prescrição	1156	2. Regras proibitivas e permissivas.....	1196
6. Espécies de seguro	1157	3. Regras	1197
6.1. Seguro de dano.....	1157	4. Quadro sinótico	1197
6.1.1 Limites econômicos do seguro: interesse, garantia e indenização (arts. 89 e 90 da Lei 15.040/2024).....	1157	5. Súmulas e enunciados	1198
6.1.2. Infrasseguro, rateio e sinistro parcial (art. 91 da Lei 15.040/2024).....	1158		
6.1.3. Seguro a valor de novo (art. 92 da Lei 15.040/2024).....	1159		
6.1.4. Vício não aparente e sua exclusão (art. 93 da Lei 15.040/2024) .	1159		

5.1. Súmulas do STF.....	1198	5. Espécies de arbitragem	1227
6. Projeto de reforma do Código Civil.....	1198	6. Nulidade da arbitragem.....	1227
CAPÍTULO XV		6.1. Casos de nulidade.....	1229
FIANÇA		7. Quadro sinótico	1230
1. Conceito e natureza jurídica	1199	8. Súmulas e enunciados.....	1230
2. Principais regras	1199	8.1. Súmulas do STJ	1230
2.1. Fiança sobre dívida futura	1199	9. Projeto de reforma do Código Civil.....	1230
2.2. Fiança limitada e ilimitada.....	1200	10. Anexo – Principais prazos relativos	
2.3. Fiança sobre obrigação inválida.....	1200	aos contratos em espécie.....	1231
2.4. Idoneidade do fiador	1201	CAPÍTULO XVIII	
2.5. Fiança por tempo determinado		ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA DE	
ou indeterminado.....	1202	GARANTIAS.....	
3. Extinção da fiança.....	1202	1233	
4. Penhorabilidade do imóvel		PARTE VI	
residencial do fiador em contrato de		DIREITO DAS COISAS	
locação	1204	CAPÍTULO I	
5. Quadro sinótico	1205	DIREITO DAS COISAS	
6. Súmulas e enunciados.....	1206	1237	
6.1. Súmulas do STJ	1206	1. Conceito e denominação.....	1237
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1206	2. Distinções entre os direitos reais e os	
7. Questão	1207	direitos pessoais.....	1238
8. Gabarito.....	1207	2.1. Características dos direitos pessoais .	1239
9. Projeto de reforma do Código Civil.....	1207	2.2. Características dos direitos reais	1240
CAPÍTULO XVI		2.3. Quadro comparativo.....	1240
TRANSAÇÃO		3. Conteúdo do Direito das Coisas.....	1241
1211		4. Quadro sinótico	1241
1. Conceito e natureza jurídica	1211	CAPÍTULO II	
2. Elementos da transação	1212	POSSE	
2.1. O acordo.....	1212	1243	
2.2. O propósito de extinção ou		1. Noções preliminares sobre a posse.....	1243
prevenção do litígio	1212	2. Importância da proteção da posse	1243
2.3. Reciprocidade das concessões	1213	3. Teorias sobre a posse	1244
2.4. A incerteza.....	1213	3.1. Teoria subjetiva de Savigny.....	1245
3. Regras	1213	3.2. Teoria objetiva de Ihering.....	1245
3.1. Procedimentos de transação	1214	3.3. A teoria social de Saleilles	1246
4. Quadro sinótico	1217	4. Conceito de posse	1247
5. Súmulas e enunciados.....	1218	4.1. Posse e detenção.....	1248
5.1. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1218	4.1.1. Detenção legal.....	1248
6. Questão	1218	4.1.2. Atos que não induzem posse.....	1250
7. Gabarito.....	1218	5. Classificações da posse.....	1253
8. Projeto de reforma do Código Civil.....	1219	5.1. Posse direta e indireta.....	1253
CAPÍTULO XVII		5.2. Composses	1255
COMPROMISSO		5.3. Posse justa e injusta	1256
1221		5.3.1. Posse violenta.....	1257
1. Conceito	1221	5.3.2. Posse clandestina	1257
2. Limitações ao compromisso	1222	5.3.3. Posse precária.....	1258
3. Juízo arbitral	1223		
4. Autonomia da cláusula compromissória ...	1227		

5.3.4. Aplicação jurídica da classificação da posse em justa e injusta	1259	10. Súmulas e enunciados	1291
5.4. Posse de boa-fé e de má-fé	1260	10.1. Súmulas do STF	1291
5.5. Posse ad interdicta	1261	10.2. Súmulas do STJ	1291
5.6. Posse ad usucapionem	1261	10.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1292
5.7. Posse velha e posse nova	1262	11. Questões.....	1292
5.8. Posse imemorial	1262	12. Gabarito.....	1294
5.9. Posse pro diviso e pro indiviso	1262	CAPÍTULO III	
5.10. Posse a domino e posse a non domino	1262	DIREITOS REAIS.....	1297
5.11. Posse de direitos.....	1262	1. Rol legal	1297
6. Aquisição da posse	1263	2. Espécies de direitos reais	1299
6.1. Aquisição pessoal ou por representação.....	1264	2.1. Direitos reais sobre coisas alheias	1299
6.2. Constituto possessório	1265	3. Sistema de aquisição dos direitos reais	1300
6.3. Aquisição da posse quanto à origem.	1266	4. Quadro sinótico	1301
6.4. Manutenção dos caracteres da posse e a interversão.....	1266	5. SÚMULAS E ENUNCIADOS	1302
6.5. Transmissão da posse	1268	5.1. Enunciados das jornadas do CJF	1302
6.6. Acesso de posse (Acesso possessionis)	1268	5.2. Súmulas e Temas do STJ	1302
6.7. Atos de mera tolerância e presunção de posse das coisas móveis	1269	CAPÍTULO IV	
7. Efeitos da posse.....	1269	PROPRIEDADE.....	1303
7.1. Direito aos interditos possessórios....	1270	1. Breve histórico da propriedade	1303
7.1.1. Alegação de domínio na pendência do processo possessório	1271	1.1. Surgimento da noção de propriedade privada.....	1303
7.1.2. Proteção sumária (ação de força nova) ou ordinária (ação de força velha) da posse.....	1274	1.2. Propriedade como direito absoluto... ..	1303
7.1.3. Natureza das ações possessórias	1277	1.3. Concepção relativista do direito de propriedade.....	1304
7.2. Desforço imediato	1278	2. Conceito	1305
7.3. Direito aos frutos.....	1279	2.1. Propriedade e domínio	1305
7.4. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	1280	2.2. Propriedade aparente	1306
7.5. Direito às benfeitorias	1280	2.3. Elementos do direito de propriedade	1308
7.5.1. Noções.....	1280	3. Limitações ao direito de propriedade.....	1308
7.5.2. Possuidor de boa-fé.....	1280	3.1. Limitações voluntárias.....	1309
7.5.3. Possuidor de má-fé.....	1281	3.2. Limitações legais.....	1309
7.5.4. Natureza jurídica do direito de retenção	1281	3.2.1. Direitos de vizinhança	1309
7.5.4.1. Alegação do direito de retenção	1282	3.2.2. Limitações espaciais	1309
7.5.4.2. Extensão do direito de retenção	1284	3.2.3. Limitações naturais.....	1310
8. Perda da posse	1286	3.2.4. Limitações familiares.....	1310
9. Quadro sinótico	1287	3.2.5. Limitações administrativas	1311
		3.2.6. Função social da propriedade ...	1312
		3.2.6.1. Elementos da função social da propriedade rural	1313
		3.2.6.2. Elementos da função social da propriedade urbana.....	1314
		3.2.6.3. Consequências do descumprimento da função social da propriedade	1314
		3.2.7. Desapropriação	1316
		3.3. Limitações judiciais.....	1317
		4. Multipropriedade ou <i>Time sharing</i>	1317

4.1. A nova regulamentação da multipropriedade (Lei 13.777/2018)	1319	3.3.4. Avulsão	1356
5. Quadro sinótico	1322	3.3.5. Abandono de álveo	1356
6. Súmulas e enunciados	1323	3.3.6. Construções e plantações.....	1356
6.1. Súmulas do STJ	1323	3.3.6.1. Noções.....	1356
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1323	3.3.6.2. Plantação ou construção em solo próprio com sementes, plantas ou materiais alheios (art. 1.254).....	1356
7. Questões.....	1323	3.3.6.3. Plantação ou construção em terreno alheio (arts. 1.255 a 1.259)	1357
8. Gabarito.....	1324	3.3.6.4. Aquisição da propriedade do solo alheio pelo terceiro plantador ou construtor.....	1358
CAPÍTULO V		3.3.7. Quadros representativos das acessões.....	1361
AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE	1325	3.3.7.1. Acessões naturais	1361
1. Modos de aquisição da propriedade	1325	3.3.7.2. Acessões artificiais.....	1362
1.1. Aquisição derivada	1325	4. Aquisição da propriedade móvel.....	1365
1.2. Aquisição originária	1325	4.1. Usucapião	1365
1.3. Aquisição a título singular ou universal	1328	4.2. Descoberta	1366
2. Sistemas de aquisição da propriedade	1329	4.3. Ocupação.....	1367
3. Aquisição da propriedade imóvel	1330	4.4. Achado do tesouro	1368
3.1. Usucapião	1330	4.5. Tradição	1368
3.1.1. Conceito	1330	4.5.1. Espécies de tradição	1368
3.1.2. Natureza	1331	4.5.2. Tradição a non domino	1369
3.1.3. Extensão	1331	4.5.3. Tradição originada de negócio inválido	1369
3.1.4. Espécies de usucapião	1336	4.6. Especificação	1370
3.1.4.1. Usucapião extraordinária ..	1336	4.7. Confusão, comistão e adjunção.....	1370
3.1.4.2. Usucapião ordinária	1337	4.7.1. Regras	1371
3.1.4.3. Usucapião especial urbana individual e coletiva	1338	5. Quadro sinótico	1371
3.1.4.4. Usucapião especial rural....	1342	6. Súmulas e enunciados.....	1376
3.1.4.5. Usucapião Administrativa..	1342	6.1. Súmulas do STF.....	1376
3.1.5. Aplicação de institutos da prescrição extintiva sobre a usucapião	1344	6.2. Súmulas do STJ	1376
3.1.6. Aspectos processuais da usucapião	1345	6.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1376
3.1.6.1. Eficácia da sentença.....	1345	7. QUESTÕES.....	1377
3.1.6.2. Usucapião como defesa.....	1345	8. Gabarito.....	1380
3.1.7. Acessio possessionis	1346	CAPÍTULO VI	
3.2. Aquisição pelo registro do título	1348	PERDA DA PROPRIEDADE	1381
3.2.1. Princípios relevantes para os registros de imóveis	1349	1. Noções gerais	1381
3.2.2. O problema do imóvel sem registro	1353	2. Hipóteses legais.....	1381
3.3. Aquisição por acessão	1354	2.1. Alienação	1381
3.3.1. Conceito	1354	2.2. Renúncia	1381
3.3.2. Formação de ilha	1354	2.3. Abandono	1381
3.3.3. Aluvião.....	1355	2.4. Perecimento da coisa	1383
3.3.3.1. Aluvião imprópria (art. 1.250, p. único – CC-1916, art. 539).....	1355	2.5. Desapropriação	1383

2.5.1. Pelo objetivo.....	1383	CAPÍTULO VIII	
2.5.2. Pelo procedimento	1386	CONDOMÍNIO	1411
2.5.3. Pela origem.....	1387	1. Conceito e classificações	1411
2.5.4. Desapropriação e confisco	1391	2. Condomínio geral	1413
2.5.5. Retrocessão	1391	2.1. Direitos e deveres dos condôminos... ..	1414
3. Quadro sinótico	1392	2.2. Administração do condomínio	1415
4. Súmulas e enunciados	1393	3. Regras sobre o condomínio necessário	1416
4.1. Súmulas do STJ	1393	4. Condomínio edilício.....	1416
4.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1394	4.1. Noções gerais	1416
CAPÍTULO VII		4.2. Instituição e constituição do	
DIREITOS DE VIZINHANÇA.....	1395	condomínio	1417
1. Natureza jurídica e princiologia	1395	4.3. Direitos e deveres dos condôminos... ..	1419
2. Uso anormal da propriedade.....	1396	4.4. Outras regras	1424
2.1. Interferência determinada pelo		4.5. Condomínio de lotes	1427
interesse público	1397	5. Fundo de investimento.....	1427
2.2. Ação demolitória e ação de		6. Quadro sinótico	1429
dano infecto	1397	7. Súmulas e enunciados	1432
3. Árvores limítrofes	1398	7.1. Súmulas do STJ	1432
4. Passagem forçada	1398	7.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1432
5. Passagem de cabos e tubulações	1399	8. Questões.....	1432
6. Águas.....	1399	9. Gabarito.....	1433
6.1. Águas naturais	1399	CAPÍTULO IX	
6.2. Águas artificiais.....	1399	PROPRIEDADE RESOLÚVEL.....	1435
6.3. Águas supérfluas	1400	1. Conceito	1435
6.4. Poluição de águas	1400	2. Hipóteses.....	1435
6.5. Barragens, açudes e		2.1. Propriedade resolúvel	1435
represamento de água	1400	2.2. Propriedade resolvida por causa	
6.6. Direito de aqueduto ou		superveniente ou propriedade ad	
servidão legal de aqueduto	1400	tempus	1437
7. Limites entre prédios e direito de		3. Propriedade fiduciária	1438
tapagem	1401	3.1. Conceito	1438
8. Direito de construir	1402	3.2. Requisitos	1439
8.1. Regras de distância na construção	1402	3.3. Desdobramento da posse.....	1440
8.2. Regras de construção em linha		3.4. Vencimento da dívida	1441
divisória de imóveis.....	1404	4. Quadro sinótico	1444
8.3. Proibição de obras prejudiciais		5. Súmulas e enunciados	1445
à exploração de águas ou à		5.1. Súmulas do STJ	1445
segurança alheia.....	1404	5.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1445
9. Utilização da propriedade vizinha	1404	CAPÍTULO X	
10. Quadro sinótico	1405	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS. 1447	
11. Súmulas e enunciados	1408	1. Noções gerais	1447
11.1. Súmulas do STF.....	1408	2. Forma de constituição	1447
11.2. Súmulas do STJ	1408	3. Quadro sinótico	1448
11.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1408	CAPÍTULO XI	
12. Questão	1408	DIREITOS REAIS DE GOZO OU FRUIÇÃO... 1449	
13. Gabarito.....	1409	1. Direito de superfície	1449

1.1. Conceito e requisitos.....	1449	4. Uso	1467
1.2. Direitos e deveres do superficiário....	1450	4.1. Conceito	1467
1.3. Extinção do direito de superfície.....	1452	4.2. Regras	1468
1.4. Constituição de direito de superfície por pessoa jurídica de direito público interno.....	1453	4.3. Concessão de uso especial para fins de moradia (Código Civil, art. 1.225, XI)	1468
2. Servidões	1453	4.4. Concessão de direito real de uso (Código Civil, art. 1.225, XII).....	1469
2.1. Conceito	1453	5. Habitação	1469
2.2. Características	1454	5.1. Conceito	1469
2.3. Formas de constituição	1454	6. LAJE	1470
2.4. Classificação	1455	7. Quadro sinótico	1472
2.5. Exercício das servidões.....	1456	8. Súmulas e enunciados.....	1477
2.5.1. Direito de conservação.....	1456	8.1. Súmulas do STF.....	1477
2.5.2. Livre exercício da servidão.....	1456	8.2. Súmulas do STJ	1477
2.5.3. Remoção da servidão	1456	8.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1477
2.5.4. Restrição ao exercício da servidão.....	1456	9. Questões.....	1477
2.5.5. Proteção possessória das servidões	1457	10. Gabarito.....	1478
2.6. Extinção das servidões	1458	CAPÍTULO XII	
2.6.1. Regra geral.....	1458	DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO –	
2.6.2. Cancelamento judicial	1458	DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR. 1479	
2.6.3. Extinção por confusão, convenção ou não uso.....	1458	1. Noções introdutórias.....	1479
2.7. Servidão ambiental.....	1459	2. Natureza jurídica	1479
3. Usufruto	1460	3. Regras	1481
3.1. Conceito e características.....	1460	4. Cessão da posição contratual	1483
3.1.1. Distinção com outros institutos.	1461	5. Extinção	1484
3.1.2. Modos de constituição	1461	6. Quadro sinótico	1486
3.2. Espécies de usufruto	1463	7. Súmulas e enunciados.....	1487
3.3. Direitos do usufrutuário	1464	7.1. Súmulas do STF.....	1487
3.3.1. Regra geral.....	1464	7.2. Súmulas do STJ	1487
3.3.2. Direito aos frutos.....	1464	7.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1487
3.3.3. Direito de arrendar/ Proibição de modificação da destinação econômica.....	1464	8. Questões.....	1487
3.3.4. Direito de crescer	1465	9. Gabarito.....	1488
3.4. Deveres do usufrutuário.....	1465	CAPÍTULO XIII	
3.4.1. Dever de conservação	1465	DIREITOS REAIS DE GARANTIA..... 1489	
3.4.2. Reparações extraordinárias.....	1465	1. Conceito	1489
3.4.3. Dever de ciência quanto às lesões	1466	2. Princípios	1489
3.4.4. Pagamento do seguro.....	1466	2.1. Vinculação do bem dado em garantia.....	1489
3.4.4.1. Destruição de edifício sujeito a seguro	1466	2.2. Capacidade do sujeito e idoneidade do objeto	1489
3.4.4.2. Desapropriação do prédio sujeito a usufruto	1466	2.3. Acessoriedade	1491
3.5. Extinção do usufruto	1466	2.4. Direito de preferência ou prioridade.	1491
		2.5. Direito de sequela	1491
		2.6. Indivisibilidade da garantia.....	1491
		2.7. Vencimento antecipado da dívida garantida	1491

2.8. Transitoriedade.....	1492	6.1. Conceito	1502
3. Disposições gerais.....	1492	6.2. Direitos do credor anticrético.....	1502
3.1. Prazo máximo do direito de retenção do credor anticrético.....	1492	6.3. Deveres do credor anticrético	1503
3.2. Requisitos de eficácia do contrato constitutivo da garantia	1492	6.4. Aquisição de imóvel objeto de anticrese.....	1503
3.3. Garantia prestada por terceiro	1492	7. Quadro sinótico	1503
3.4. Proibição do pacto comissório	1493	8. Súmulas e enunciados.....	1507
3.5. Caráter quirografário do saldo remanescente.....	1493	8.1. Súmulas do STJ	1507
3.6. Remição da garantia	1493	9. Questões.....	1507
4. Penhor	1493	10. Gabarito.....	1508
4.1. Penhor em geral	1493	11. Anexo – Principais prazos relativos ao direito das coisas	1508
4.1.1. Conceito	1493		
4.1.2. Pluralidade de penhores e subpenhor	1494	CAPÍTULO XIV	
4.1.3. Espécies de penhor	1494	ALTERAÇÕES DO PROJETO DE	
4.1.4. Direitos do credor pignoratício..	1495	REFORMA DO CÓDIGO CIVIL AO	
4.1.5. Deveres do credor pignoratício .	1495	DIREITO DAS COISAS	1511
4.1.6. Extinção do penhor	1496	1. Posse.....	1511
4.2. Penhores especiais	1496	2. Direitos reais.....	1512
4.2.1. Penhor rural.....	1496	3. Propriedade.....	1512
4.2.2. Penhor industrial e mercantil	1496	3.1. Descoberta	1513
4.2.3. Penhor de direitos e títulos de crédito	1497	3.2. Aquisição da propriedade imóvel.....	1513
4.2.3.1. Penhor de direitos	1497	3.2.1. Usucapião	1513
4.2.3.2. Penhor de títulos de crédito	1497	3.2.2. Aquisição pelo registro do título.....	1513
4.2.4. Penhor de veículos	1497	3.2.3. Aquisição por acessão	1514
4.3. Penhor legal.....	1497	3.3. Aquisição da propriedade móvel.....	1514
5. Hipoteca	1498	3.4. Perda da propriedade.....	1514
5.1. Conceito	1498	4. Direitos de vizinhança	1514
5.2. Classificação da hipoteca.....	1498	5. Condomínio	1515
5.3. Princípios.....	1499	6. Propriedade fiduciária	1518
5.4. Regras.....	1500	7. Fundo de investimento.....	1520
5.4.1. Aquisição do imóvel hipotecado	1500	8. Direitos reais sobre coisas alheias	1521
5.4.1.1. Remição.....	1500	8.1. Superfície.....	1521
5.4.2. Prazo da hipoteca	1500	8.2. Servidões	1522
5.4.3. Hipoteca para garantia de dívida futura	1500	8.3. Usufruto	1524
5.4.4. Loteamento do imóvel hipotecado	1500	8.4. Uso	1524
5.5. Hipoteca legal.....	1501	8.5. Direito do promitente comprador.....	1524
5.6. Registro da hipoteca	1501	8.6. Direitos reais de garantia.....	1524
5.7. Extinção da hipoteca	1501	8.7. Laje	1529
5.8. Hipoteca de vias férreas	1502		
6. Anticrese.....	1502		
		PARTE VII	
		DIREITO DE FAMÍLIA	
		CAPÍTULO I	
		NOÇÕES CONCEITUAIS	1533
		1. Direito de Família	1533
		1.1. As várias famílias	1534

1.1.1. Família matrimonial.....	1534	6. Esponsais, Promessa de Casamento ou Noivado	1549
1.1.2. Família natural.....	1535	7. Validade do Casamento.....	1551
1.1.3. Família homoafetiva	1535	7.1. Causas impeditivas	1552
1.1.4. Família monoparental.....	1535	7.2. Causas suspensivas.....	1554
1.1.5. Família anaparental.....	1535	8. Da Habilitação para o Casamento	1556
1.1.6. Família pluriparental.....	1535	9. Da celebração e realização do casamento.	1556
1.1.7. Família de um único indivíduo... ..	1535	10. Formas Especiais de Casamento.....	1557
1.1.8. Família Plúrima	1536	10.1. Casamento civil e religioso	1557
1.2. Princípios aplicados ao Direito de Família	1536	10.2. Casamento em caso de moléstia grave (art. 1.539, CC)	1558
1.2.1. Princípio da dignidade da pessoa humana	1536	10.3. Casamento in articulo mortis ou casamento nuncupativo ou casamento in extremis vitae momentis – iminente risco de vida	1558
1.2.2. Princípio da solidariedade familiar	1536	10.4. Casamento por procuração	1559
1.2.3. Princípio da função social da família.....	1537	10.5. Casamento consular	1559
1.2.4. Princípio da afetividade.....	1537	10.6. Casamento putativo	1559
1.2.5. Princípio da isonomia conjugal..	1537	11. Provas do casamento.....	1560
1.2.6. Princípio da dissolubilidade do vínculo	1538	12. Invalidade do Casamento	1560
1.2.7. Princípio da não intervenção ou princípio da liberdade	1538	12.1. Casamento nulo (nulidade absoluta).....	1560
1.2.8. Princípio do livre planejamento familiar	1539	12.1.1. Casamento contraído por enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.....	1561
1.2.9. Princípio da paternidade responsável	1539	12.1.2. Casamento contraído por infringência de impedimento	1561
1.2.10. Princípio do maior interesse da criança.....	1539	12.2. Casamento anulável (nulidade relativa ou impedimentos relativamente dirimentes).....	1561
1.2.11. Princípio da igualdade jurídica de todos os filhos.....	1540	12.3. Casamento inexistente	1565
1.2.12. Princípio da monogamia.....	1541	13. Eficácia do casamento	1565
2. A divisão do direito de família e sua formalidade	1541	14. Quadro sinótico	1569
3. Quadro sinótico	1542	15. Súmulas e enunciados	1571
4. Súmulas e enunciados.....	1542	15.1. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1571
4.1. Súmulas do STF.....	1542	16. Questões.....	1571
4.2. Súmulas do STJ	1542	17. Gabarito.....	1572
4.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1542		
5. Questão	1542		
5.1. Questão objetiva	1542		
6. Gabarito.....	1543		
CAPÍTULO II		CAPÍTULO III	
CASAMENTO	1545	DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE	
1. Casamento.....	1545	E DO VÍNCULO CONJUGAL.....	1573
2. Conceito	1545	1. Introito.....	1573
3. Natureza Jurídica do Casamento	1546	2. Separação	1574
4. Requisitos essenciais do casamento.....	1546	2.1. Separação consensual por escritura pública	1578
5. Capacidade para o Casamento	1548	3. Divórcio	1578
		3.1. Conversão de separação em divórcio	1579
		3.2. Divórcio direto	1579

3.3. Divórcio no estrangeiro	1581
4. Proteção da pessoa dos filhos	1582
4.1. Alienação parental.....	1588
5. Quadro sinótico	1590
6. Súmulas e enunciados	1592
6.1. Súmulas do STJ	1592
6.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1592
7. Questões.....	1593
8. Gabarito.....	1593

CAPÍTULO IV

RELAÇÕES DE PARENTESCO..... 1595

1. Noções introdutórias.....	1595
2. Filiação e reconhecimento dos filhos	1596
2.1. Filiação plúrima	1606
3. Adoção.....	1607
3.1. Adoção à brasileira	1611
3.2. Adoção de nascituro.....	1611
4. O poder familiar e o usufruto e administração dos bens dos filhos	1611
4.1. A Lei 13.715/18 e a perda do poder familiar	1614
5. Quadro sinótico	1616
6. Súmulas e enunciados	1618
6.1. Súmulas do STF.....	1618
6.2. Súmulas do STJ	1618
6.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1618
7. Questões.....	1619
8. Gabarito.....	1621

CAPÍTULO V

REGIME DE BENS 1623

1. Noções introdutórias.....	1623
2. Separação Obrigatória de Bens	1627
3. Pacto Antenupcial.....	1629
4. Regime de Comunhão Parcial de Bens	1630
5. Regime de Comunhão Universal de Bens..	1634
6. Regime de Participação Final nos Aquestos.....	1634
7. Separação Convencional de Bens	1635
8. Regime Dotal	1637
9. Quadro sinótico	1637
10. Súmulas e enunciados	1638
10.1. Súmulas e Temas do STF.....	1638
10.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1638
11. Questões.....	1639
12. Gabarito.....	1641

CAPÍTULO VI

ALIMENTOS..... 1643

1. Conceito	1643
2. Características dos Alimentos.....	1646
3. Classificação	1648
3.1. Alimentos provisórios.....	1648
3.2. Alimentos provisionais ou ad litem ...	1649
3.3. Alimentos definitivos.....	1649
4. Formas de adimplemento da obrigação alimentar	1649
5. Formas de exoneração da obrigação	1652
5.1. Exoneração dos alimentos do filho maior e capaz	1653
6. Irretroatividade dos alimentos	1654
7. Alimentos Gravídicos ou Alimentos do Nascituro	1655
8. Alimentos devidos à pessoa Idosa.....	1656
9. Obrigação alimentar do guardião e dos herdeiros.....	1656
10. Obrigação Alimentar dos Casais Homoafetivos	1657
11. O Sigilo do pedido	1657
12. A possibilidade de rever os alimentos	1657
13. Alimentos compensatórios.....	1658
14. Quadro sinótico	1659
15. Súmulas e enunciados	1660
15.1. Súmulas do STF.....	1660
15.2. Súmulas do STJ	1660
15.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1661
16. QUESTÕES.....	1661
17. Gabarito.....	1663

CAPÍTULO VII

BEM DE FAMÍLIA..... 1665

1. Conceito	1665
2. Bem de Família Voluntário	1665
3. Bem de Família Legal	1666
3.1. Exceções legais ao bem de família.....	1666
4. Impenhorabilidade dos bens móveis.....	1668
5. Fraude	1669
6. extinção do bem de família	1669
7. Quadro sinótico	1669
8. Súmulas e enunciados.....	1670
8.1. Súmulas do STJ	1670
8.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1670
9. Questão	1670
10. Gabarito.....	1671

CAPÍTULO VIII

UNIÃO ESTÁVEL	1673
1. Noções introdutórias.....	1673
2. Efeitos Sucessórios do Companheiro.....	1679
3. A conversão da união estável em casamento	1681
4. O direito de crescer o nome do companheiro	1681
5. Distinções entre união estável e sociedade de fato	1681
5.1. Concubinato	1682
6. Dissolução da União Estável	1683
7. União Homoafetiva.....	1684
8. Quadro sinótico	1687
9. Súmulas e enunciados	1687
9.1. Súmulas e Temas do STF	1687
9.2. Súmulas do STJ	1687
9.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1687

CAPÍTULO IX

TUTELA E CURATELA	1689
1. Tutela.....	1689
1.1. Exercício da tutela	1690
1.2. Formas de extinção da tutela	1691
2. Curatela	1691
2.1. Curatela do nascituro, do enfermo ou portador de deficiência física	1693
2.1.1. Tomada de decisão apoiada	1693
3. Quadro sinótico	1694
4. Súmulas e enunciados.....	1695
4.1. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1695
4.2. Súmulas e Temas do STF.....	1695
5. questões	1695
6. Gabarito.....	1696
7. Anexo – Principais prazos relativos ao Direito de Família	1697

CAPÍTULO X

ALTERAÇÕES DO PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL AO DIREITO DE FAMÍLIA.....	1699
1. Do Direito Pessoal - Direito de Constituir Família.....	1699
1.1. Introdução	1699
1.2. Das Pessoas na Família	1699
1.3. Do Casamento	1699
1.4. Da União Estável	1699
1.5. Da Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugais	1700

2. Da Filiação	1700
3. Do Direito Patrimonial.....	1700
3.1. Do Regime de Bens entre os Cônjuges e Conviventes.....	1700
3.2. Dos Alimentos	1701
4. Da Tutela, da Curatela e da Tomada de Decisão Apoiada.....	1701
5. Conclusão	1701

PARTE VIII
DIREITO DAS SUCESSÕES

CAPÍTULO I

DA SUCESSÃO EM GERAL	1705
1. Conceito de sucessão	1705
2. Classificação da sucessão	1705
2.1. Quanto à fonte de que deriva: legítima ou testamentária	1705
2.2. Quanto aos efeitos: a título universal ou singular	1706
2.3. Sucessões contratuais	1706
2.4. Sucessões irregulares	1707
3. Abertura da sucessão – Princípio da Saisine	1707
4. Quadro sinótico	1708
5. Súmulas e enunciados.....	1708
5.1. Súmulas do STF.....	1708
6. Questão	1708
7. Gabarito.....	1709

CAPÍTULO II

A HERANÇA	1711
1. Noções gerais	1711
1.1. Cessão de direitos hereditários	1712
2. Local da abertura da sucessão.....	1712
3. Vocação hereditária.....	1714
4. Da aceitação e da renúncia da herança	1717
4.1. Petição de herança	1719
5. Dos excluídos da sucessão.....	1721
6. Herança jacente e vacante	1723
7. Quadro sinótico	1723
8. Súmulas e enunciados.....	1725
8.1. Súmulas do STF.....	1725
8.2. Súmulas e Temas do STJ	1725
8.3. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1725
9. Questões.....	1725
10. Gabarito.....	1727

CAPÍTULO III**DA SUCESSÃO LEGÍTIMA 1729**

1. Da ordem da vocação hereditária	1729
2. Da sucessão na classe dos descendentes ..	1729
3. Da sucessão na classe dos ascendentes	1733
4. Da sucessão do cônjuge e do companheiro	1734
5. Da sucessão dos colaterais	1736
6. Dos herdeiros necessários	1737
7. Direito de representação	1739
8. A sucessão do companheiro sobrevivente	1740
8.1. Noções introdutórias	1740
8.1.1. Equiparação da sucessão do companheiro à do cônjuge	1740
8.1.2. Introdução à sucessão do companheiro aplicável antes do julgamento do RE 646721	1741
8.2. Requisitos para o direito sucessório do companheiro (aplicável antes do julgamento do RE 646721)	1742
8.2.1. União estável (aplicável antes do julgamento do RE 646721) ...	1742
8.2.2. Bens adquiridos onerosamente na constância da união (aplicável antes do julgamento do RE 646721)	1743
8.3. Concorrência do companheiro sobrevivente com outros herdeiros (aplicável antes do julgamento do RE 646721)	1743
8.3.1. Descendentes (aplicável antes do julgamento do RE 646721) ...	1743
8.3.2. Ascendentes e colaterais (aplicável antes do julgamento do RE 646721)	1743
8.4. Companheiro sobrevivente sem concorrentes na sucessão (aplicável antes do julgamento do RE 646721)	1744
8.5. A sucessão na união homoafetiva	1745
9. Quadro sinótico	1746
10. Súmulas e enunciados	1748
10.1. Enunciados das Jornadas do CJF	1748
11. Questões	1748
12. Gabarito	1750

CAPÍTULO IV**DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA..... 1751**

1. Do testamento	1751
2. Capacidade testamentária ativa	1752

2.1. Capacidade testamentária passiva	1753
3. Das formas de testamento	1754
3.1. Das formas ordinárias de testamento	1754
3.1.1. Do testamento público	1754
3.1.2. Do testamento cerrado	1755
3.1.3. Do testamento particular ou hológrafo	1756
4. Dos codicilos	1758
5. Dos testamentos especiais	1759
5.1. Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico	1759
5.2. Do testamento militar	1759
6. Quadro sinótico	1760
7. Súmulas e enunciados	1762
7.1. Súmulas do STF	1762
7.2. Enunciados das Jornadas do CJF	1762
8. Questões	1762
9. Gabarito	1763

CAPÍTULO V**DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS 1765**

1. Noções gerais	1765
2. Legado	1766
2.1. Classificações do legado	1767
2.1.1. Legado alternativo	1767
2.1.2. Legado a título universal	1767
2.1.3. Legado a termo	1767
2.1.4. Legado com encargo ou modal ..	1767
2.1.5. Legado condicional	1767
2.1.6. Legado de alimentos	1767
2.1.7. Legado de coisa certa	1767
2.1.8. Legado de crédito e quitação de dívida	1767
2.1.9. Legado de usufruto	1768
2.1.10. Legado de imóvel	1768
2.2. Efeitos do legado	1768
2.3. Caducidade do legado	1769
3. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários	1770
4. Substituições sucessórias	1771
4.1. Classificação	1771
4.1.1. Substituição vulgar ou ordinária	1771
4.1.2. Substituição recíproca	1771
4.1.3. Substituição compendiosa	1771
4.1.4. Substituição fideicomissária	1771
5. Deserdação	1772
6. Redução das disposições testamentárias ..	1774

7. Revogação dos testamentos.....	1774	2. Administração de Bens Digitais na Sucessão.....	1797
7.1. Rompimento do testamento	1775	3. Fideicomisso: Expansão e Modernização ..	1798
8. Testamenteiro.....	1775	4. Deserdação: Ampliação das Causas.....	1798
8.1. Espécies e capacidade dos testamenteiros	1776	5. Testamentos e Inventário Extrajudicial.....	1798
8.2. Direitos e obrigações do testamenteiro	1778	6. Partilha em Vida e Ordem de Vocação Hereditária	1799
8.3. Da remuneração	1779	7. Colação e Avaliação de Bens na Sucessão .	1799
8.4. Da extinção.....	1780	8. Conclusão	1799
9. Quadro sinótico	1781		
10. Súmulas e enunciados	1783		
10.1. Súmulas do STF.....	1783		
10.2. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1783		
11. Questão	1783		
12. Gabarito.....	1783		
CAPÍTULO VI			
DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA	1785		
1. Diferença entre inventário e partilha	1785		
2. Inventário	1785		
3. Dos sonegados.....	1787		
4. Pagamento das Dívidas.....	1788		
5. Colação	1788		
6. Partilha	1790		
7. Sobrepartilha	1791		
8. Inventário extrajudicial ou administrativo.	1792		
9. Inventário negativo.....	1792		
10. Quadro sinótico	1793		
11. SÚMULAS E ENUNCIADOS.....	1793		
11.1. Enunciados das Jornadas do CJF.....	1793		
12. Questão	1794		
13. Gabarito.....	1794		
14. Anexo – Principais prazos relativos ao Direito das Sucessões e às disposições finais e transitórias do Código Civil.....	1794		
CAPÍTULO VII			
ALTERAÇÕES DO PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL AO DIREITO DAS SUCESSÕES.....	1797		
1. Introdução	1797		
		ANEXOS	
		ANEXO I – LGPD	
		LEI 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	1803
		1. Introdução	1803
		2. Conceitos básicos	1803
		3. Diretivas da proteção de dados.....	1805
		3.1. Consentimento	1805
		3.2. Atos e sujeitos submetidos à proteção de dados.....	1806
		3.3. Sanções comináveis.....	1807
		ANEXO II – LRJET	
		LEI 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020.....	1809
		1. Introdução	1809
		2. Início da vigência do RJET.....	1809
		3. Prescrição e decadência	1810
		4. Pessoas jurídicas de direito privado	1811
		5. Resilição, resolução e revisão dos contratos	1812
		5.1. Suspensão do direito de arrependimento nas relações de consumo.....	1813
		6. Vedação de liminares em ações de despejo.....	1813
		7. Suspensão dos prazos de usucapião.....	1814
		8. Condomínios edilícios.....	1814
		9. Regime concorrential	1815
		10. Direito de família e sucessões	1816
		11. Disposições finais	1817
		BIBLIOGRAFIA.....	1819